



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA
DEZOITO DE ABRIL DO ANO
DE DOIS MIL E DEZASSETE.**

----- No dia dezoito de abril do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Prof. Artur Afonso Nunes Neto Parra, senhor Fernando António da Silva Rodrigues, José Manuel Caldeira Santos e Dr. Pedro Miguel de Sá Mora. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas e trinta minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- No período de antes da ordem do dia solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Como sabem eu não estive presente na última reunião de Câmara onde foi feita a aprovação de contas do Município, portanto, não vou entrar aqui detalhadamente na discussão porque isso já está fora de prazo, no entanto, não queria deixar passar esta aprovação de contas sem emitir, pelo menos, a minha opinião. –

----- Gostaria de estar presente, não estive e queria dizer apenas o seguinte. As contas de gerência do ano de dois mil e dezasseis continuam a evidenciar aquilo que sempre viemos dizendo que, de facto, o pagamento



de dívida, aquela dívida que sempre veio à baila e que quiseram passar a mensagem que pagaram num ano aqueles milhões, o que não era possível e estas contas evidenciam isso. Estas contas evidenciam que o que está a ser pago é a amortização de capital dos empréstimos de médio e longo prazo e que começou agora também uma parte do Reequilíbrio Financeiro. -----

----- Portanto, o que se consegue pagar nesta Câmara é à volta de um milhão de euros por ano, nada mais que isso e, para se conseguir pagar esse milhão de euros por ano continua a ficar evidente e bem evidente o empurrar da dívida com a barriga, quer dizer, estão a passar compromissos por pagar para o ano seguinte cada vez mais elevado. -----

----- É evidente, as contas dizem isso e, portanto, esta minha opinião não podia deixar de ser emitida. -----

----- Depois, há aqui uma situação que gostava que a senhora Presidente me esclarecesse, se eventualmente o puder fazer que é, a despesa com pessoal no ano de dois mil e treze e dois mil e catorze evidencia valores de um certo montante e depois em dois mil e quinze e dois mil e dezasseis a despesa com pessoal baixou quase quatrocentos mil euros e isso é impossível de acontecer pode, eventualmente, haver aqui alguma situação que possa ser esclarecida mas, sem o esclarecimento é impossível conseguir ver onde é que está a ser escriturada essa despesa com pessoal, não sei se o pessoal da escola tivesse saído, não sei, gostava de ouvir a explicação da senhora Presidente no decréscimo destes custos de pessoal no ano de dois mil e catorze para o ano de dois mil e quinze e dois mil e dezasseis”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Se repararem não há decréscimo, estava era a ser contabilizada erradamente na rubrica do pessoal efetivo da Câmara todos aqueles que são do Centro de Emprego e do RSI. Essas pessoas do Centro de Emprego e do RSI os vencimentos deles não podem ser contabilizados na mesma rubrica dos funcionários do Município e isso é que estava a ser mal feito. -----

----- Na altura o ROC chamou a atenção que aquilo não estava a ser correto, estavam a lançar tudo na mesma rubrica e passou para outra rubrica, daí o ajuste. -----

----- O que é pago a essas pessoas entra noutra rubrica, deixou de ser na rubrica do pessoal do Município. -----

----- Qual a rubrica em que entra agora não sei, a contabilidade é que sabe mas faz parte, não pode é ser contabilizado como sendo pessoal da Câmara, na rubrica por onde se pagam os vencimentos do pessoal da Câmara”. -----



----- Usou de seguida da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Vamos respeitar a sua explicação e vamos analisar devidamente a situação. -----

----- Não é possível agora estarmos aqui a esmiuçar essa situação mas iremos saber o que é que se passa. -----

----- De qualquer maneira fica bem claro que, na altura o senhor Vereador Pedro Mora decidiu abster-se na votação, fica aqui claro que se eu estivesse presente teria votado contra a conta de gerência porque entendo que ela continua a dar-nos razão e continua a dizer que, afinal de contas, a dívida que é tão badalada e que é tão enaltecida como que sendo um ato de grande gestão a amortização da dívida, afinal de contas tem a ver apenas e só com a amortização dos empréstimos a longo prazo e agora também já do Reequilíbrio Financeiro e do PAEL, com certeza que o PAEL já estava a ser amortizado”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor Pedro Miguel de Sá Mora que referiu: “Já agora um ponto de ordem relativamente às contas de dois mil e dezasseis, pelo qual gostaria de fazer uma declaração. -----

----- A minha votação foi a abstenção, no entanto, subscrevo e corroboro aqui as palavras do Vereador José Santos no sentido de que o decréscimo de que tanto se diz que a dívida teve, não é nada mais do que aquilo que foi assumido pela Câmara relativamente à amortização dos empréstimos que estava já contratualizado, bem como o Reequilíbrio Financeiro e o PAEL que em muito ajudou esta Câmara e a senhora Presidente tem que reconhecer isso. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Não reconheço nunca, vocês tiveram que admitir que esta Câmara estava em desequilíbrio estrutural e financeiro”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor Pedro Miguel de Sá Mora que referiu: “Senhora Presidente, o Reequilíbrio Financeiro e o PAEL advém de uma situação, como já tinha explicado, de que ao longo de uma determinada altura da vida política social e económica Portuguesa entre dois mil e dez e dois mil e treze, retiraram verbas às Câmara Municipais e não foi só a Câmara Municipal de Freixo que utilizou estes instrumentos financeiros, foram mais cento e sessenta ou cento e setenta Municípios que utilizaram estes instrumentos financeiros e isso evidencia que a retira de verbas, o não terem aumentado as transferências do FEF



como era normal, isso tudo somado ao longo de quatro anos resultou na diminuição de verbas para o nosso município de quatro milhões e setecentos mil euros o que impossibilitou de fazermos a amortização da dívida, porque se não a dívida hoje estaria a níveis ainda mais baixos do que aquilo que está atualmente. -----

----- A senhora Presidente continua a dizer que a nossa dívida era uma dívida de dezoito milhões e seiscentos mil euros e a senhora sabe, que a essa dívida faltava retirar vários milhões de euros das candidaturas de obras já a decorrer, que foram os milhões que a senhora diz que pagou. Posso-lhe dizer que para além disso estavam em pedidos de pagamentos perto de um milhão e quatrocentos mil euros que estavam para vir, para além de todos os ativos que nós tínhamos, designadamente dinheiro no banco, dinheiro em caixa que decorre das transferências do FEF e por isso esses números não batem certos com os seus, os tais cinco milhões que diz que amortizou, o que é impossível. Eu reforço em disse que é impossível ter-se pago cinco milhões de euros em dois anos, designadamente em dois mil e catorze e dois mil e quinze, porque este ano nas contas que foram aqui apresentadas do ano de dois mil e dezasseis vê-se que a dívida não decresceu e como disse aqui o senhor Vereador José Santos, foi empurrada para a frente e vê-se hoje, relativamente aos prazos médios de pagamento, a dívida tem aumentado e a cada ano que passa ela vai sendo empurrada para a frente e depois vai sendo paga mediante as condições que vocês têm. -----

----- Para além desta intervenção, senhora Presidente eu gostaria de referir uma outra, que tem a ver com uma situação que no meu entender é uma situação grave, preocupante, que estamos a viver hoje em dia na Vila e tenho a certeza que já se apercebeu disso, pois já lá passou várias vezes, que tem a ver com um problema de salubridade e de saúde pública que está a acontecer na rotunda da entrada da Vila onde está a inscrição Freixo Vila Manuelina, é uma situação que já ocorre há bastante tempo e tem-se agravado nos últimos tempos. -----

----- Eu gostaria de perguntar à senhora Presidente se já fez alguma coisa ou o que é que tenciona fazer para acabar com aquela situação porque, para além da questão da salubridade e saúde pública, que decorre da falta de condições e higiene daquele acampamento que se instalou num sítio público que é um parque de estacionamento e que já há meses que não é limpo, pelo menos naquela parte do parque de estacionamento. Se a senhora Presidente passar lá, vai reparar que há lá lixo há muito tempo sem ser retirado, há uma desorganização total no parque de estacionamento e, por isso tenho que lhe colocar esta pergunta, o que é que já fez, o que é que



tenciona fazer para resolver esta situação? A desorganização daquele espaço que é uma porta de entrada e de saída de Freixo de Espada à Cinta e que nos deve preocupar a todos, porque nós não queremos que quem nos visita leve de recordação à entrada e à saída de Freixo daquela imagem, porque temos tantas coisas boas para mostrar, e aquela situação que eu acho que é deplorável no sentido em que ali está-se a criar um acampamento sem as mínimas condições, deve-nos preocupar e por esse motivo a Câmara Municipal tem que fazer alguma coisa, urgentemente”. ---

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Em relação a essa situação da rotunda, eu concordo consigo, porque eu também passo lá e vejo. Já comuniquei à GNR porque aquilo não pode continuar ali, nem pensar, não fica bem nem pode ser. -----

----- Vamos ver se com a ajuda da GNR se conseguimos fazer com que os senhores saiam dali. -----

----- Em relação à dívida eu só lhe quero dizer que foi feito um PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) e foi feito por vocês, é evidente que não foram vocês que o fizeram mas foi alguém e nesse PAF que foi o que foi enviado para poderem ter o PAEL os senhores contavam já com a água entregue, já não tinham a despesa da água. Só na despesa da água os senhores sabem aquilo que se paga, mais do que aquilo que a Câmara recebe. -----

----- Quando se faz um PAF, um Plano de Ajustamento em que se conta que já não se vai ter o encargo da água é fácil, por isso os valores que estão lá nós não cumprimos nem vamos conseguir cumprir com os valores que foram estabelecidos e vamos ver o resultado da inspeção do PAEL, porque todas as Câmaras que têm PAEL têm uma inspeção, nós tivemos-la durante o verão, ainda outro dia estiveram aí dois inspetores a ver o resto e daqui a uns tempos há-de sair o relatório e vamos ver até onde é que eles vão pegar, porque o que foi feito no PAF é impossível de ser cumprido. -----

----- Se a água já tivesse sido entregue era menos em encargos. era isso que estava para acontecer antes das eleições e que ainda não aconteceu. A dívida da água e dos resíduos são oitenta por cento da nossa dívida a fornecedores, porque a nossa dívida aos outros fornecedores são duzentos e quarenta e seis mil euros e mesmo a água e resíduos nós estamos a pagá-los com acordos de pagamento, só que a dívida está cá, nós fazemos acordos e vamos pagando mas a dívida está cá, não é, não se atira com ela, portanto, por aí escusam de falar, porque aquilo que se deve a fornecedores tirando a água e resíduos são duzentos e quarenta e seis mil euros. -----



----- Eu sempre disse isto, já no vosso tempo, que com os empréstimos a dívida baixava, o que não podemos é fazer outras coisas, não nos podemos exceder, com vocês nem isso acontecia porque já tinham empréstimos, porque o PAEL ainda veio agravar mais a situação da Câmara, o FEF vem pagam-se os vencimentos e pagam-se os empréstimos e o que é que sobra, nem vinte por cento sobram. O PAEL e o Reequilíbrio para as amortizações ainda agrava mais porque é mais dinheiro que tem que se dispor porque aumentam os juros a pagar, ninguém faz milagres, agora que a dívida desce, desce porque também não se pode gastar e temos que cumprir com aquilo que ficou estabelecido e é obrigatório. -----

----- Vamos ver em função da inspeção o que é que ainda vão dizer, porque enquanto não se chegar aos oito milhões, que é o endividamento permitido estamos sempre em incumprimento e sempre a pedir autorização para tudo e mais alguma coisa, qualquer coisa que se faça nós temos que pedir autorização à DGAL desde que seja investimento, temos que andar sempre assim, não podemos fazer nada, portanto, digam o que entenderem mas a situação é essa e não pode ser diferente”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Depois da sua intervenção queria apenas não concordar com algumas das situações que está a enumerar e dizer-lhe o seguinte. -----

----- Quando fala do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro e quando diz que fomos nós que tivemos necessidade de recorrer, pois com certeza que sim, a senhora ainda agora acabou de dizer que para estar no limite do endividamento tem que baixar a dívida para os oito milhões e esquece-se e, é isso que às vezes nos incomoda, esquece-se que nós quando chegámos à Câmara a dívida já era de doze milhões e esquece-se que havia dois quadros comunitários de apoio, um deles que já estava a terminar e em que o nosso antecessor já nem sequer utilizava verbas e tinha-as à disposição e disponibilizava-as para outros Municípios e nós chegámos aqui e aí sim temos que reconhecer e é isso que devia ser reconhecido é que com algum saber, não da escola mas da vida, conseguimos levar esta Câmara durante oito anos e não perder um único fundo comunitário. -----

----- Ainda há dias em conversa, a única conversa que tive com o Engenheiro Ricardo Madeira desde que saí aqui da Câmara foi há dias ao balcão de um café e chegámos à conclusão que não perdemos um único fundo comunitário, um único. Nós não tivemos nenhum fundo comunitário que estivesse à nossa disposição que tivéssemos desperdiçado, ou seja, nós



com todas as dificuldades que a Câmara tinha conseguimos levar por diante a cativação de todos os fundos comunitários disponíveis nesses quadros comunitários de apoio, que eram importantíssimos e que já dissemos aqui tantas vezes que, era a última oportunidade para fazer intervenções a nível de arruamentos, de estradas e tivemos esse cuidado de dizer, sabemos que podemos ir até aos dezasseis milhões, sabemos qual é o limite das possibilidades da Câmara, não é o limite do endividamento legal porque esse já estava ultrapassado quando nós cá chegámos, esse já estava largamente a ser ultrapassado. -----

----- Nós tivemos o cuidado de dizer, podemos chegar até ali e foi assim que fizemos. -----

----- Há uma coisa que é engraçada, a senhora Presidente queixa-se de que chegou aqui e que recebeu um Reequilíbrio Financeiro e um PAEL que a limita, eu acho que isso é uma enormidade. O Reequilíbrio Financeiro e o PAEL tinha que ser feito nalguma altura, nós podíamos ter feito aquilo que a senhora está a fazer, empurrar com a barriga, nós empurrámos com a barriga mas tivemos a consciência de que tinha que ser feita alguma coisa e começámos em dois mil e onze, senhora Presidente nós começámos a fazer o Reequilíbrio Financeiro e o PAEL em dois mil e onze, conscientes, claramente, de que era necessário faze-lo porque, para além de termos cativado tudo o que era possível e para além de já não haver mais verbas nos quadros comunitários até porque transferiram o dinheiro para o emprego jovem e retiraram-nos a candidatura que estava feita e com toda a possibilidade de ser aprovada que era a da variante que vai do campo da bola até Maritávora estava tudo negociado e estava tudo pronto para avançar com essa situação e retiraram-nos essa verba, portanto, ficámos nós a saber pelo Governo de então que já não havia verbas no QREN para mais nada, apenas o dinheiro que sobrava ia para o emprego jovem. -----

----- Depois veio a haver aquela possibilidade que a senhora depois veio a ter, daquele dinheiro em overbooking e que, de facto, sobrou e ainda bem que sobrou, ainda bem que foi utilizado, também foi desperdiçada alguma verba da envolvente do cemitério. -----

----- Agora há uma coisa que é importante, a senhora Presidente não imagina o que foi chegar aqui a esta Câmara e, não era termos a dívida grande, era não termos dinheiro para pagar, quase já não havia dinheiro para os funcionários e fomos nós, e isso é que é importante, fomos nós que chegámos aqui e que reduzimos as despesas com pessoal, em que reduzimos de duzentos e oito funcionários, que era o que a Câmara tinha na altura, para cento e quarenta e três. -----



----- Quando a senhora chegou aqui recebeu a Câmara com cento e quarenta e três funcionários da Câmara mais os da escola, portanto, nós tivemos a coragem de dizer a essas pessoas que estavam aqui contratadas e que foi dramático para eles, com certeza, mas que não havia outra solução senão de parar com esses contratados, depois arranjou-se-lhe outras soluções noutros lados a alguns, outros arranjaram eles e a vida continuou mas, há uma coisa que é importante, nós chegámos cá e tivemos dificuldades de gestão, a senhora chegou aqui e não teve nenhuma, não teve nenhuma dificuldade de gestão, até porque podemos ver isso através das transferências correntes. As transferências correntes que a senhora está a fazer para as associações, para aqui, para ali, isso diz claramente que a senhora não tem dificuldades, se não, não as fazia, nós deixámos de as fazer. Nós parámos com aquela motocross que a senhora até votou contra e a senhora agora vota a favor e a senhora transfere para lá o dinheiro e bem, é sinal que pode transferi-lo, isso não crítico. -----

----- O que não há dúvida nenhuma é que nós tivemos que parar com muita coisa que nos foi prejudicial em termos de simpatia e até de eleição mas, tivemos que parar. A senhora não se pode queixar disso porque a senhora chegou aqui e, para além de não ter ninguém a puxar-lhe pelo casaco, porque não havia dinheiro para pagar aos fornecedores, a maior parte deles ficou resolvida a senhora teve uma coisa que foi engraçada e que não reconhece, passou a receber mais IMI. O IMI que nós não recebíamos praticamente nada a senhora passou a receber um balúrdio de IMI, essa é a verdade, passou a receber mais de FEF e nós tivemos cortes com o FEF uma coisa louca, a senhora passou a receber mais dinheiro do FEF, a senhora não lhe cortaram nada no FEF, portanto, há coisas aqui que não vale a pena estarmos a debruçarmo-nos muito sobre elas porque elas são uma realidade. -----

----- Quando quer dramatizar com o Reequilíbrio Financeiro e com o PAEL é que eu acho ridículo porque isso foi uma vantagem para si, uma vantagem para si ou para qualquer outro Executivo que tenha passado por isso noutras Câmaras. -----

----- Foi de facto o melhor que poderia ter acontecido a esta Câmara foi, receber esse dinheiro, resolver essa dívida e receber uma Câmara praticamente, com encargos sim senhor porque de facto os encargos do PAEL e do Reequilíbrio são encargos bancários que têm que se ir pagando mas, há muitos deles que é o caso do Reequilíbrio Financeiro que só agora o começou a pagar, só agora é que começou a amortizar dívida, aí vai-lhe trazer um bocadinho mais de problemas mas tem uma coisa boa é que



ninguém lhe puxa pelo casaco, quer dizer, afinal de contas em termos de fornecedores a senhora já podia ter pago muito mais. -----

----- Quando fala da questão da água, a questão da água isso é ridículo, a senhora diga-me quanto é que está a pagar por metro cúbico de água às Águas de Trás-os-Montes”. -----

----- Respondeu a senhora Presidente referindo: “Neste momento é cerca de 0,50€”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Nós pagávamos a 0,70€ a senhora quando fala na água não sabe claramente o que está a dizer, não se debruçou, não tentou analisar a questão da água e, engraçado, nós nunca deixámos de cobrar a água, nós fizemos um perdão da água exatamente porque, pela incompetência daquilo que existiu cá na Câmara em termos de cobrança de água, percebeu e que tivemos que efetivamente fazer. De quem foi a incompetência, não vamos falar nisso, foi dos funcionários, os funcionários ou porque não cobraram bem a água, ou porque não fizeram o levantamento dos metros cúbicos da água, não vale a pena, hoje não estamos a falar de funcionários estamos a falar de gestão e é nisso que temos que nos debruçar. -----

----- Na altura, de facto a única coisa que nós fizemos foi um perdão de água igual para toda a gente, os senhores o que estão a fazer neste momento é, deixaram de cobrar a água durante muito tempo, aumentaram a água já três vezes, os senhores estão a receber muito mais de água do que o que nós recebíamos, estão a pagar muito menos de água e a senhora ainda se está a lamentar com a questão da água, isto é verdade, ao menos diga-me que não é verdade, a menos que me consiga provar que não é verdade, então se paga menos de água e se recebe muito mais de água não sei porque é que está a sorrir, acho que devia era preocupar-se em me responder porque é que falou da água. -----

----- Hoje a senhora tem um défice de água muito mais aliviado do que o que nós tínhamos na altura, nós pagávamos a água a 0,72€ e quando chegámos aqui recebíamos a 0,10€ era um diferencial de água e, depois ainda tem outra situação que a senhora se esquece e a mim não me esquece, está a perceber, é que a senhora recebeu a Vila de Freixo com uma tubagem de água nova no Centro Histórico onde as perdas de água eram superiores àquilo que nós cobrávamos mas largamente. -----



----- Nós tivemos a pouca sorte de ter caído aqui nesta Câmara na altura em que de facto as dificuldades eram grandes, não tenha dúvida, aliás eu cheguei-lhe a dizer, quando a senhora era Vereadora, eu cheguei-lhe a dizer que ainda temos dinheiro até ao meio do ano que vem, portanto, eu estava completamente consciente da realidade ou pensa que não. Eu tive sempre responsabilidade para nunca falhar e nunca falhámos, a Câmara nunca parou, a menos que alguém da Câmara diga que alguma vez esta Câmara deixou de ser fornecida seja por quem for e no passado, eu lembra-me do tempo em que o senhor Ambrósio deixou a Câmara e o senhor Silva tomou conta dela já ninguém fornecia a Câmara, a senhora não recebeu a Câmara dessa maneira, alguém lhe disse que não lhe fornecia alguma coisa quando a senhora tomou posse da Câmara, ninguém, não havia problemas, senhora Presidente esta é a realidade. A realidade é que nunca ninguém, apenas um ou dois fornecedores mandaram uma carta de um advogado que se resolveu de imediato e o Augusto sabe disso. -----

----- Nós nunca tivemos problemas de nada porque fomos sempre resolvendo os problemas no dia-a-dia, com dificuldades, com grandes dificuldades que gostaríamos de não ter se tivéssemos recebido o PAEL e o Reequilíbrio em dois mil e doze pelo menos, nem em dois mil e treze o recebemos, só já no final de dois mil e treze é que se conseguiu. -----

----- Quando fala desse PAF isso era tudo instrumentos e digo-lhe mais, o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro foram feitos à medida, não á nossa medida, à medida das exigências do Governo, foi o Governo que nos foi dizendo quais as exigências, nós não tínhamos volta a dar”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor Pedro Miguel de Sá Mora que referiu: “Sobre a pergunta que lhe fiz, penso que só com a GNR não vai conseguir resolver a situação, ou se calhar leva o problema de um lado para o outro. Acho que com uma ação pensada que passe por uma intervenção no local onde eles estão, de limpeza e de organização do espaço e depois tentar com eles resolver momentaneamente a questão de onde poderem dormir provisoriamente. Eles estão a viver dentro de carrinhas com crianças, isso preocupa-me e por isso não pode ser só com a GNR, tem que ser algo consertado, pensado porque, se deixamos que esta bola de neve cresça, as condições vão-se agravar e a situação pode ficar mais descontrolada e, é por essa razão que chamo à atenção, não só como Munícipe mas também como Vereador desta Câmara, para que as coisas se tentem levar da melhor forma e ter em conta que eles são pessoas com



algumas necessidades sociais e financeiras e tudo isso é preciso ter em conta, na resolução deste problema”. -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia treze do mês de abril do ano dois mil e dezassete que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Seiscentos e quarenta e um mil, duzentos e dez euros e quarenta e três cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Cento e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e vinte e um cêntimos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no dia quatro de abril do ano de dois mil e dezassete, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

----- O Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos absteve-se em virtude de não ter participado na reunião a que a mesma se reporta. -----

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES

----- **Despacho datado do dia cinco de abril do presente ano que aprovou a lista de erros e omissões aceites da empreitada “Arranjo da envolvente ao Castelo de Freixo de Espada à Cinta”.** -----

----- A Câmara Municipal deliberou por maioria com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora ratificar o despacho em apreço. -----



----- Despacho datado do dia sete de abril do presente ano que deferiu os projetos de especialidades do processo de obras n.º 02/2017 em nome de Sabrina Andreia Variz A. Madeira. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----

----- Despacho datado do dia dez de abril do presente ano que concedeu a licença especial do ruído a Filipe Manuel Caravau Manso para a realização da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário em Poiares no dia dezasseis de abril de dois mil e dezassete. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho em apreço. -----

----- Despacho datado do dia doze de abril do presente ano que aprovou a quarta alteração ao Orçamento da Despesa para o ano de dois mil e dezassete. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora ratificar o despacho em apreço. -----

----- Despacho datado do dia doze de abril do presente ano que aprovou a terceira alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezassete. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora ratificar o despacho em apreço. -----

----- Despacho datado do dia doze de abril do presente ano que aprovou a segunda alteração ao Plano de Atividade Municipais para o ano de dois mil e dezassete. -----



----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora ratificar o despacho em apreço. -----

03 – OBRAS PARTICULARES

PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA

----- De **ANTÓNIO VIRGÍLIO PIRES**, para aprovação do projeto de arquitetura de alteração e ampliação de edifício destinado a alojamento local, sito no Bairro Espírito Santo em Ligares, a que corresponde o processo de obras n.º 20/2016. -----

----- Atenta a informação número noventa e dois barra dois mil e dezassete, datada do dia dez de abril do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em causa e notificar o requerente que deverá requerer, no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento ou autorização a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos legalmente exigíveis nos termos da Portaria número duzentos e dezasseis traço E barra dois mil e oito de três de março. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **TRANSPOSIÇÃO DAS NORMAS DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL PARA O PDM DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – PROPOSTA:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta de transposição das normas do plano de ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional para o Plano Diretor Municipal de Freixo de Espada à Cinta e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----



----- A Câmara Municipal deliberou por maioria com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora aprovar a proposta em apreço mais deliberando ainda submetê-la à Consideração e Votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- ATA DA REUNIÃO DE PREVISÃO DE ALUNOS QUE IRÃO USUFRUIR DOS TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2017/2018 – TOMADA DE CONHECIMENTO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da ata da reunião de previsão de alunos que irão usufruir dos transportes escolares no ano letivo de 2017/2018. -----

----- ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA I DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO A 10 DE ABRIL DE 2017 – INFORMAÇÃO - TOMADA DE CONHECIMENTO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação sobre o acompanhamento do Programa I do PAEL e Reequilíbrio Financeiro a 10 de abril de 2017. ---

----- INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 56º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – ALERTA PRECOCE DE DESVIOS – TOMADA DE CONHECIMENTO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação nos termos do n.º 1 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro sobre o alerta precoce de desvios. -----

RUINAS

----- De ANTÓNIO MANUEL MACHADO CAPELAS, CABEÇA DE CASAL – AUTO DE VISTORIA: Pela senhora Presidente da Câmara foi presente o auto de vistoria que a seguir se transcreve. -----

Aos 29 dias do mês de março de 2017, no seguimento do despacho datado de 08/03/2017 exarado pela Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal na informação n.º 63/2017, deslocou-se a Comissão de Vistoria à Avenida Guerra Junqueiro, em Freixo de Espada à Cinta, a fim de verificar as condições em que se encontra o imóvel pertença do senhor



António Manuel Machado Capelas – Cabeça de casal da herança de, tendo apurado o seguinte:

Caracterização do Imóvel

Número de pisos: 1

Tipo de paredes: resistentes em alvenaria de pedra

Tipo de cobertura: inexistente

Elementos salientes:

Anomalias detetadas

- Beirado em ruína, com risco de queda iminente
- Alvenarias muito degradadas, com inclinação bastante acentuada
- Portas degradadas, não cumprindo a função a que se destinam
- Interior com detritos provenientes do desmoronamento de elementos do edifício, pondo em risco a salubridade do local

Nível de conservação (artigo 5º, D.L. n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro)

1 - Péssimo

Obras preconizadas

- Reparação ou demolição do beirado do edifício
- Reparação ou demolição das alvenarias existentes
- Reparação ou fecho das portas por forma a impossibilitar o acesso ao interior
- Limpeza de todos os detritos existentes no interior dos edifícios

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora notificar o proprietário do imóvel das anomalias detetadas bem como das obras que devem ser efetuadas. -----

----- De **ANTÓNIO MANUEL MACHADO CAPELAS, CABEÇA DE CASAL – AUTO DE VISTORIA:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente o auto de vistoria que a seguir se transcreve. -----



Aos 29 dias do mês de março de 2017, no seguimento do despacho datado de 08/03/2017 exarado pela Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal na informação n.º 63/2017, deslocou-se a Comissão de Vistoria à Avenida Guerra Junqueiro, em Freixo de Espada à Cinta, a fim de verificar as condições em que se encontra o imóvel pertença do senhor António Manuel Machado Capelas - Cabeça de casal da herança de, tendo apurado o seguinte:

Caracterização do Imóvel

Número de pisos: 2

Tipo de paredes: resistentes em alvenaria de pedra

Tipo de cobertura: Duas águas em telha cerâmica com estrutura em madeira

Elementos salientes:

Anomalias detetadas

- Cobertura muito degradada
- Alvenarias muito degradadas, com fissuração bastante acentuada
- Reboco muito degradado, em risco de queda iminente
- Portas e janelas degradadas, não cumprindo a função a que se destinam
- Interior com lixo e detritos provenientes do desmoronamento de elementos do edifício, pondo em risco a salubridade do local

Nível de conservação (artigo 5º, D.L. n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro)

1 - Péssimo

Obras preconizadas

- Reparação ou demolição da cobertura do edifício
- Reparação ou demolição das alvenarias existentes
- Reparação ou remoção do reboco existente
- Reparação ou fecho das portas e janelas por forma a impossibilitar o acesso ao interior



- Limpeza de todos os detritos existentes no interior dos edifícios

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora notificar o proprietário do imóvel das anomalias detetadas bem como das obras que devem ser efetuadas. -----

----- De **ANTÓNIO MANUEL MACHADO CAPELAS, CABEÇA DE CASAL – AUTO DE VISTORIA:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente o auto de vistoria que a seguir se transcreve. -----

Aos 29 dias do mês de março de 2017, no seguimento do despacho datado de 08/03/2017 exarado pela Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal na informação n.º 63/2017, deslocou-se a Comissão de Vistoria à Avenida Guerra Junqueiro, em Freixo de Espada à Cinta, a fim de verificar as condições em que se encontra o imóvel pertença do senhor António Manuel Machado Capelas – Cabeça de casal da herança de, tendo apurado o seguinte:

Caracterização do Imóvel

Número de pisos: 2

Tipo de paredes: resistentes em alvenaria de pedra

Tipo de cobertura: inexistente

Elementos salientes:

Anomalias detetadas

- Beirado em ruína, com risco de queda iminente
- Alvenarias muito degradadas, com fissuração bastante acentuada
- Reboco muito degradado, em risco de queda iminente
- Portas degradadas, não cumprindo a função a que se destinam
- Interior com detritos provenientes do desmoronamento de elementos do edifício, pondo em risco a salubridade do local

Nível de conservação (artigo 5º, D.L. n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro)

1 - Péssimo



Obras preconizadas

- Reparação ou demolição do beirado do edifício
- Reparação ou demolição das alvenarias existentes
- Reparação ou remoção do reboco existente
- Reparação ou fecho das portas por forma a impossibilitar o acesso ao interior
- Limpeza de todos os detritos existentes no interior dos edifícios

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora notificar o proprietário do imóvel das anomalias detetadas bem como das obras que devem ser efetuadas. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram doze horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

----- E eu, Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

O Assistente Técnico